



Fevereiro/2011

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

### Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

*Nas ilhas Mascarenhas – Maurício, Reunião e Rodriguez –, localizadas a leste de Madagáscar, no oceano Índico, muitas espécies de pássaros desapareceram como resultado direto ou indireto da atividade humana. Mas aquela que é o protótipo e a tataravó de todas as extinções também ocorreu nessa localidade, com a morte de todas as espécies de uma família singular de pombos que não voavam – o solitário da ilha Rodriguez, visto pela última vez na década de 1790; o solitário da ilha Reunião, desaparecido por volta de 1746; e o célebre dodô da ilha Maurício, encontrado pela última vez no início da década de 1680 e quase certamente extinto antes de 1690.*

*Os volumosos dodôs pesavam mais de vinte quilos. Uma plumagem cinza-azulada cobria seu corpo quadrado e de pernas curtas, em cujo topo se alojava uma cabeça avantajada, sem penas, com um bico grande de ponta bem recurvada. As asas eram pequenas e, ao que tudo indica, inúteis (pelo menos no que diz respeito a qualquer forma de voo). Os dodôs punham apenas um ovo de cada vez, em ninhos construídos no chão.*

*Que presa poderia revelar-se mais fácil do que um pesado pombo gigante incapaz de voar? Ainda assim, provavelmente não foi a captura para o consumo pelo homem o que selou o destino do dodô, pois sua extinção ocorreu sobretudo pelos efeitos indiretos da perturbação humana. Os primeiros navegadores trouxeram porcos e macacos para as ilhas Mascarenhas, e ambos se multiplicaram de maneira prodigiosa. Ao que tudo indica, as duas espécies se regalaram com os ovos do dodô, alcançados com facilidade nos ninhos desprotegidos no chão – e muitos naturalistas atribuem um número maior de mortes à chegada desses animais do que à ação humana direta. De todo modo, passados os primeiros anos da década de 1680, ninguém jamais voltou a ver um dodô vivo na ilha Maurício. Em 1693, o explorador francês Leguat, que passou vários meses no local, empenhou-se na procura dos dodôs e não encontrou nenhum.*

(Extraído de Stephen Jay Gould. “O Dodô na corrida de comitê”, **A montanha de moluscos de Leonardo da Vinci**. São Paulo, Cia. das Letras, 2003, pp. 286-8)

1. *Mas aquela que é o protótipo e a tataravó de todas as extinções também ocorreu nessa localidade...* (1<sup>a</sup> parágrafo)

A frase acima transcrita deve ser entendida como indicação de que a extinção das espécies de *pombos que não voavam* das ilhas Mascarenhas

- (A) seria um modelo a ser utilizado pelos homens no futuro, quando decididos a erradicar espécies inúteis ou prejudiciais.
- (B) é uma das primeiras extinções de animais vinculadas à ação direta ou indireta dos homens de que se tem notícia.
- (C) teria ocorrido muito tempo antes do verdadeiro início da extinção de espécies por conta de ações humanas diretas ou indiretas.
- (D) é um episódio tão antigo na história das relações entre homens e animais que pode ser considerado singular e ultrapassado.
- (E) deu origem a um padrão para as futuras extinções de animais, que estariam sempre ligadas à colonização humana de novas terras.



2. *As asas eram pequenas e, ao que tudo indica, inúteis...* (2º parágrafo)

*Ao que tudo indica, as duas espécies se regalaram com os ovos do dodô, alcançados com facilidade nos ninhos desprotegidos no chão...* (último parágrafo)

A expressão grifada nas frases acima transcritas deixa transparecer, em relação às afirmações feitas,

- (A) a sua comprovação científica irrefutável.
- (B) a certeza absoluta que o autor quer partilhar com o leitor.
- (C) o receio do autor ao formular um paradoxo.
- (D) a sua pequena probabilidade.
- (E) o seu caráter de hipótese bastante provável.

3. Estão empregados no texto com idêntica regência os verbos grifados em:

- (A) *Os dodôs punham...* (2º parágrafo) / *... sua extinção ocorreu...* (último parágrafo)
- (B) *... muitas espécies de pássaros desapareceram...* (1º parágrafo) / *Os primeiros navegadores trouxeram...* (último parágrafo)
- (C) *Uma plumagem cinza-azulada cobria...* (2º parágrafo) / *... e não encontrou nenhum.* (último parágrafo)
- (D) *Os volumosos dodôs pesavam ...* (2º parágrafo) / *... não foi a captura...* (último parágrafo)
- (E) *... a tataravó de todas as extinções também ocorreu...* (1º parágrafo) / *... e muitos naturalistas atribuem...* (último parágrafo)

4. *Ainda assim, provavelmente não foi a captura para o consumo pelo homem o que selou o destino do dodô, pois sua extinção ocorreu sobretudo pelos efeitos indiretos da perturbação humana.*

Os elementos grifados na frase acima podem ser substituídos, sem prejuízo para o sentido e a correção, respectivamente, por:

- (A) Contudo – não obstante.
- (B) Conquanto – por que.
- (C) Em que pese isso – embora.
- (D) Apesar disso – visto que.
- (E) Por isso – porquanto.

5. O segmento cujo sentido está corretamente expresso em outras palavras é:

- (A) *se multiplicaram de maneira prodigiosa* = cresceram ilusoriamente.
- (B) *as duas espécies se regalaram* = os dois gêneros se empanturraram.
- (C) *uma família singular* = um conjunto variegado.
- (D) *que selou o destino* = que indigitou a fatalidade.
- (E) *empenhou-se na procura* = dedicou-se com afincos à busca.

6. Leia as afirmações abaixo sobre a pontuação utilizada no texto.

- I. Em – *Maurício, Reunião e Rodriguez* –, os travessões poderiam ser substituídos por parênteses, sem prejuízo para o sentido e a coesão da frase.
- II. O travessão empregado imediatamente depois de *voavam* (1º parágrafo) pode ser substituído por dois pontos, sem prejuízo para o sentido e a coesão da frase.
- III. Em *o explorador francês Leguat, que passou vários meses no local, empenhou-se na procura dos dodôs*, a retirada das vírgulas não implica prejuízo para o sentido e a correção da frase.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.



Atenção: As questões de números 7 a 9 referem-se ao texto abaixo.

### Lavadeiras de Moçoró

*As lavadeiras de Moçoró, cada uma tem sua pedra no rio; cada pedra é herança de família, passando de mãe a filha, de filha a neta, como vão passando as águas no tempo. As pedras têm um polimento que revela a ação de muitos dias e muitas lavadeiras. Servem de espelho a suas donas. E suas formas diferentes também correspondem de certo modo à figura física de quem as usa. Umas são arredondadas e cheias, aquelas magras e angulosas, e todas têm ar próprio, que não se presta a confusão.*

*A lavadeira e a pedra formam um ente especial, que se divide e se unifica ao sabor do trabalho. Se a mulher entoa uma canção, percebe-se que a pedra a acompanha em surdina. Outras vezes, parece que o canto murmurante vem da pedra, e a lavadeira lhe dá volume e desenvolvimento.*

*Na pobreza natural das lavadeiras, as pedras são uma fortuna, jóias que elas não precisam levar para casa. Ninguém as rouba, nem elas, de tão fiéis, se deixariam seduzir por estranhos.*

Obs.: manteve-se a grafia original, constante da obra citada.

(Carlos Drummond de Andrade. **Contos plausíveis**, in **Prosa Seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003, p.128)

7. Evidencia-se no texto

- (A) a presença da pedra como símbolo da rotina pesada de uma vida sem perspectivas de melhora da maioria das mulheres brasileiras.
- (B) o primitivismo das condições de trabalho em alguns lugares, que impede a necessária alteração dos costumes familiares.
- (C) a extrema pobreza em que vivem muitas famílias brasileiras, sem qualquer condição de sobrevivência mais digna.
- (D) a associação íntima e até mesmo afetiva entre ser humano e elemento da natureza, identificados por um tipo de trabalho diário.
- (E) a identificação entre o rio e a pedra, prefigurando os obstáculos sociais que impedem a ascensão econômica de muitos brasileiros.

8. *Umas são arredondadas e cheias, aquelas magras e angulosas, e todas têm ar próprio, que não se presta a confusão.* (1º parágrafo)

A relação semântica existente entre as expressões grifadas na afirmativa acima é percebida também entre os dois elementos grifados em:

- (A) *que revela a ação de muitos dias e muitas lavadeiras.*
- (B) *um ente especial, que se divide e se unifica ao sabor do trabalho.*
- (C) *a pedra a acompanha em surdina... parece que o canto murmurante vem da pedra.*
- (D) *e a lavadeira lhe dá volume e desenvolvimento.*
- (E) *as pedras são uma fortuna, jóias que elas não precisam levar para casa.*

9. Considere as observações seguintes sobre a associação de palavras no texto e o sentido decorrente dessa associação:

- I. No segmento *passando de mãe a filha, de filha a neta, como vão passando as águas no tempo* há uma comparação, que associa a transmissão de costumes ao fluxo das águas do rio.
- II. As referências às pedras, especialmente no 2º parágrafo, atribuem a elas qualidades humanas.
- III. Na frase *Servem de espelho a suas donas* é possível entender o sentido literal, como referência ao reflexo da água sobre as pedras, e o sentido contextual, como identidade e cumplicidade entre a mulher e a pedra.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



Atenção: As questões de números 10 a 13 referem-se ao texto abaixo.

### Gesso

*Esta minha estatuazinha de gesso, quando nova  
– O gesso muito branco, as linhas muito puras –  
Mal sugeriria imagem de vida  
(Embora a figura chorasse).*

*Há muitos anos tenho-a comigo.  
O tempo envelheceu-a, carcomeu-a, manchou-a de pátina  
[amarelo-suja.  
Os meus olhos, de tanto a olharem,  
Impregnaram-na da minha humanidade irônica de tísico.*

*Um dia mão estúpida  
Inadvertidamente a derrubou e partiu.  
Então ajoelhei com raiva, recolhi aqueles tristes fragmentos,  
[recompus a figurinha que chorava.  
E o tempo sobre as feridas escureceu ainda mais o sujo  
[mordente da pátina...*

*Hoje este gessozinho comercial  
É tocante e vive, e me fez agora refletir  
Que só é verdadeiramente vivo o que já sofreu.*

Manuel Bandeira

10. A ação do tempo sobre a estátua de gesso é vista pelo poeta como
- (A) o que acabou por torná-la mais vivaz e expressiva, pelo menos até que um acidente a fizesse perder essa vivacidade.
  - (B) responsável por danos que levaram uma obra de arte a perder sua pureza e vivacidade originais.
  - (C) um elemento que, juntamente com os danos causados por um acidente, dá vida e singularidade ao que era inexpressivo e vulgar.
  - (D) o causador irremediável do envelhecimento das coisas e da conseqüente desvalorização dos objetos pessoais mais valiosos.
  - (E) capaz de transformar um simples objeto comercial em uma obra de arte que parece ter sido criada por um escultor genial.

11. *Mal sugeriria imagem de vida  
(Embora a figura chorasse).*

É correto afirmar que a frase entre parênteses tem sentido

- (A) adversativo.
- (B) concessivo.
- (C) conclusivo.
- (D) condicional.
- (E) temporal.



12. *Um dia mão estúpida  
Inadvertidamente a derrubou e partiu.  
Então ajoelhei com raiva, recolhi aqueles tristes fragmentos,  
[recompus a figurinha que chorava.  
E o tempo sobre as feridas escureceu ainda mais o sujo  
[mordente da pátina...*

Sobre os versos acima transcritos é INCORRETO afirmar:

- (A) *mão estúpida* pode ser alusão do poeta a si próprio e carregaria assim algum matiz da *raiva* que o teria acometido quando derrubou a estátua.
- (B) *Inadvertidamente* tem o sentido de “de modo descuidado”, indicando o caráter acidental do episódio.
- (C) em *recompus a figurinha que chorava*, o poeta se vale de uma ambiguidade para sugerir o sofrimento da estátua com a queda.
- (D) com a alusão às *feridas* causadas à estátua, o poeta se refere aos sinais visíveis da junção dos pedaços dela depois de reconstituída.
- (E) com a expressão *o sujo mordente da pátina*, o poeta alude à transformação da estátua de sofredora em causadora de sofrimento.
- 
13. O valor que atribuímos ..... coisas é resultado, não raro, de uma história pessoal e intransferível, de uma relação construída em meio a acidentes e percalços fundamentais. Assim, nosso apreço por elas não corresponde absolutamente ..... valorização que alcançariam no mercado, esse deus todo-poderoso, que, no entanto, resta impotente quando ao valor econômico se superpõe ..... afeição.
- Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada,
- (A) às - à - a  
(B) as - à - a  
(C) as - a - à  
(D) às - a - a  
(E) às - à - à

- 
14. Embora pudesse estar estampada na primeira página de um jornal, a manchete fictícia que traz **deslize** quanto à concordância verbal é:
- (A) Economistas afirmam que em 2011 haverá ainda mais oportunidades de emprego na indústria e no comércio do que em 2010.
- (B) “Os que insistem na minha culpa haverão de se arrepender pela injustiça cometida”, declara o secretário exonerado.
- (C) Expectativas em relação ao aumento da inflação faz bolsas caírem ao menor nível este ano.
- (D) Crescem no Brasil a venda e o comércio de produtos importados ilegalmente.
- (E) “Ergueram-se mais edifícios nos últimos dois anos do que nos cinco anos anteriores”, constata estudo sobre o mercado imobiliário.

- 
15. Considerando-se as qualidades exigidas na redação de documentos oficiais, está INCORRETA a afirmativa:
- (A) A *concisão* procura evitar excessos linguísticos que nada acrescentam ao objetivo imediato do documento a ser redigido, dispensando detalhes irrelevantes e evitando elementos de subjetividade, inapropriados ao texto oficial.
- (B) A *impessoalidade*, associada ao princípio da *finalidade*, exige que a redação de um documento seja feita em nome do serviço público e tenha por objetivo o interesse geral dos cidadãos, não sendo permitido seu uso no interesse próprio ou de terceiros.
- (C) *Clareza* e *precisão* são importantes na comunicação oficial e devem ser empregados termos de conhecimento geral, evitando-se, principalmente, a possibilidade de interpretações equivocadas, como na afirmativa: *O Diretor informou ao seu secretário que os relatórios deveriam ser encaminhados a ele.*
- (D) A linguagem empregada na correspondência oficial, ainda que respeitando a norma culta, deve apresentar termos de acordo com a região e com requinte adequado à importância da função desempenhada pela autoridade a quem se dirige o documento.
- (E) Textos oficiais devem ser redigidos de acordo com a *formalidade*, ou seja, há certos procedimentos, normas e padrões que devem ser respeitados com base na observância de princípios ditados pela civilidade, como cortesia e polidez, expressos na forma específica de tratamento.

**Noções de Microinformática**

16. Nos computadores atuais existe um tipo de memória cuja função é atender as demandas de velocidade do processador. Trata-se da memória
- (A) principal.
  - (B) ROM.
  - (C) cache.
  - (D) RAM.
  - (E) EEPROM.
- 
17. Em relação ao *Windows Explorer*, do *Windows XP*, é INCORRETO afirmar:
- (A) Tela de trabalho pode ser dividida em três partes, sendo que a estrutura de pastas e sub-pastas do sistema são exibidas na porção esquerda da tela.
  - (B) Os botões Voltar, Avançar e Acima, presentes na *Barra de Título*, permitem a navegação entre as diversas pastas criadas no sistema.
  - (C) Barra de Título, Barra de Menu e Barra de Ferramentas estão localizadas na área superior da janela.
  - (D) No lado esquerdo, logo abaixo da Barra de Menu, aparecem as unidades dos *drives* existentes, sendo os mais comuns simbolizados por letras.
  - (E) À direita da tela, uma área de apresentação de informações exibe o conteúdo da pasta selecionada na porção esquerda da tela.
- 
18. No *BrOffice.org 3.2 Writer*, a execução da função do ícone *Galeria* pode ser ativada, também, no menu
- (A) Ferramentas.
  - (B) Inserir.
  - (C) Formatar.
  - (D) Arquivo.
  - (E) Editar.
- 
19. No *BrOffice.org 3.2 Calc*, é INCORRETO afirmar
- (A) os números contidos numa célula são alinhados à direita.
  - (B) os textos contidos numa célula são alinhados à esquerda.
  - (C) a porção de texto que não cabe na célula não é exibida.
  - (D) números com quatro ou mais dígitos recebem o separador de milhar.
  - (E) a expressão  $2/2$  é alterada para um campo do tipo data, no formato *dd/mm/aa*.
- 
20. Em relação à Internet e correio eletrônico, é correto afirmar:
- (A) No *Internet Explorer 7* é possível navegar entre sites, por meio de separadores conhecidos por abas, não necessitando, portanto, a abertura de várias janelas.
  - (B) Redes *wireless*, embora permitam conexão à Internet não são configuráveis no ambiente de Intranet.
  - (C) Correios eletrônicos possuem recursos nativos que impedem a propagação de vírus enviados por e-mail.
  - (D) Em Intranet não é permitido operações de *download*, dada às facilidades oferecidas pela rede local.
  - (E) Uma das vantagens do *webmail* é que as mensagens, ao chegarem, são imediatamente baixadas para o computador do usuário.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

21. No que diz respeito ao processo administrativo previsto na Lei nº 9.784/99, é correto afirmar:

- (A) o não conhecimento do recurso administrativo não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que ocorrida preclusão administrativa.
- (B) das decisões administrativas cabe recurso, o qual somente poderá impugnar as razões de legalidade da decisão, isto é, não se presta para rediscussão de mérito.
- (C) salvo disposição legal específica, é de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- (D) havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.
- (E) interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de quinze dias úteis, apresentem alegações.

22. Sobre a acumulação de cargos públicos, prevista na Lei nº 8.112/90, é correto afirmar:

- (A) considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo público efetivo com proventos da inatividade, ainda que os cargos de que decorram essas remunerações sejam acumuláveis na atividade.
- (B) a proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.
- (C) o servidor, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, mesmo que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles.
- (D) o servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, devendo optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- (E) o servidor não poderá ser remunerado pela participação em conselhos de administração e fiscal de empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como de quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social.

23. Constitui ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário:

- (A) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- (B) retardar, indevidamente, ato de ofício.
- (C) frustrar a licitude de concurso público.
- (D) permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- (E) agir negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

24. É inexigível a licitação para

- (A) contratação de serviço de gerenciamento de obra, de natureza singular, com empresa de notória especialização.
- (B) contratação de instituição brasileira incumbida estatutariamente de pesquisa, com inquestionável reputação ético-profissional e sem fins lucrativos.
- (C) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- (D) aquisição de bens destinados exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos por instituição de fomento a pesquisa credenciada pelo CNPq para esse fim específico.
- (E) aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.

25. No que concerne ao denominado “*fato da Administração*”, é correto afirmar:

- (A) não permite a rescisão do contrato administrativo, mas tão somente sua revisão.
- (B) corresponde a uma determinação estatal de caráter geral.
- (C) trata-se de interferência que antecede o contrato, mantendo-se desconhecida até ser revelada através das obras e serviços em andamento.
- (D) incide direta e especificamente sobre determinado contrato administrativo.
- (E) sua ocorrência, em qualquer hipótese, não possibilita que o particular suspenda a execução do contrato, invocando a *exceptio non adimpleti contractus*.





### Direito Constitucional

26. Tício, filho de pais americanos, nasceu no Brasil uma vez que seus pais são diplomatas e estavam em território brasileiro a serviço do seu país. Bruno, filho de pais brasileiros, nasceu no México, uma vez que sua mãe estava neste país a serviço da República Federativa do Brasil. Nestes casos,

- (A) Tício e Bruno são brasileiros natos.
- (B) apenas Tício é brasileiro nato.
- (C) apenas Bruno é brasileiro nato.
- (D) Tício e Bruno são americano e mexicano, respectivamente.
- (E) Tício e Bruno podem ser brasileiros naturalizados, desde que façam esta opção no prazo constitucional.

27. Maurício, Alice, Roberto e Ronaldo são irmãos e almejam cargos públicos eletivos. Maurício tem vinte e um anos de idade; Alice tem trinta anos de idade; Roberto tem trinta e três anos de idade e Ronaldo tem trinta e cinco anos de idade. Nestes casos, com relação à condição de elegibilidade relacionada à idade, pode(m) concorrer ao cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Norte

- (A) Alice e Roberto, apenas.
- (B) Ronaldo, apenas.
- (C) Maurício, Alice, Roberto e Ronaldo.
- (D) Roberto e Ronaldo, apenas.
- (E) Alice, Roberto e Ronaldo, apenas.

28. Considere:

- I. Direito Civil.
- II. Direito Penal.
- III. Organização judiciária da Defensoria Pública do Distrito Federal.
- IV. Direito Urbanístico.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, compete privativamente à União legislar sobre os temas indicados APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

29. Compete privativamente ao Senado Federal

- (A) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
- (B) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República.
- (C) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os Ministros de Estado.
- (D) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (E) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

30. A União poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para assegurar a observância do princípio constitucional da autonomia municipal. Neste caso, a decretação da intervenção dependerá de

- (A) solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido.
- (B) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- (C) requisição do Supremo Tribunal Federal.
- (D) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Município envolvido.
- (E) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Presidente da República.

### Direito Eleitoral e Partidário

31. Embora integrante do Poder Judiciário, a Justiça Eleitoral possui algumas peculiaridades quando comparada com os demais ramos do Judiciário. Em tal sentido, são peculiaridades da Justiça Eleitoral:

- (A) Existência de procedimentos específicos; quadro próprio e permanente de juízes; exercício de função consultiva.
- (B) Princípio da temporalidade em relação ao quadro de juízes; exercício de função essencialmente administrativa e eventualmente jurisdicional; exigência de contraditório.
- (C) Existência de procedimentos específicos; capacidade interpretativa mediante Resoluções; função jurisdicional.
- (D) Exercício de função consultiva; princípio da temporalidade em relação ao quadro de juízes; capacidade interpretativa mediante Resoluções.
- (E) Exercício de função essencialmente administrativa e eventualmente jurisdicional; exigência de contraditório; quadro próprio e permanente de juízes.



32. Registro eleitoral é o procedimento voltado à verificação, pela Justiça Eleitoral, do cumprimento pelos candidatos das condições necessárias à candidatura. Dentre tais condições, há que se destacar o fato de
- (A) o candidato ter sido escolhido em Convenção Partidária realizada no lapso temporal de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, não sendo admissível a delegação de tal escolha à Comissão Executiva ou a outro órgão partidário.
  - (B) o candidato não poder se registrar para mais de um cargo na mesma circunscrição, embora seja possível o registro para o mesmo cargo em circunscrições diferentes.
  - (C) se exigir o prazo mínimo de filiação partidária de um ano para concorrer às eleições, sendo que no caso de eleições proporcionais o estatuto do partido poderá exigir prazo de filiação superior.
  - (D) serem registrados no Tribunal Superior Eleitoral os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, Senador e Deputado Federal; nos Tribunais Regionais Eleitorais os candidatos a Governador e Vice-Governador e Deputado Estadual; e nos Juízos Eleitorais os candidatos a Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito e Juiz de Paz.
  - (E) o partido que possua diretório nacional poder inscrever candidatos em qualquer Estado-membro, ainda que não possua diretório devidamente registrado na circunscrição eleitoral respectiva.
- 
33. A utilização da máquina pública em campanhas eleitorais pode ser fator de desequilíbrio do pleito, ofendendo o princípio da igualdade de oportunidades. No intuito de coibir tais condutas, a legislação eleitoral estipula algumas vedações ao agente público que participe do pleito, dentre as quais, destaca-se a
- (A) utilização de transporte oficial pelo Presidente da República, durante a campanha.
  - (B) nomeação de aprovados em concursos públicos, homologados nos três meses que antecedem o pleito até a posse dos eleitos.
  - (C) utilização da residência oficial, pelos candidatos à reeleição de Governador e de Vice-Governador de Estado e Distrito Federal, para a realização de contato, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter público.
  - (D) nomeação ou exoneração, nos três meses que antecedem a eleição até a posse dos eleitos, de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança, na circunscrição do pleito.
  - (E) nomeação, nos três meses anteriores ao pleito, para cargos afetos ao Poder Judiciário.
- 
34. A propaganda eleitoral difere da propaganda partidária, sendo ambas espécies do gênero propaganda política. As coincidências e/ou distinções entre as duas espécies de propaganda são:
- (A) A propaganda partidária e a eleitoral coincidem em relação aos objetivos, uma vez que ambas visam à promoção pessoal de filiados aos partidos, no intuito de alcançar o maior número possível de votos no pleito eleitoral. A propaganda eleitoral se realiza em momentos pré-eleitorais, enquanto a partidária tem constância permanente. São regulamentadas por instrumentos normativos diversos.
  - (B) A propaganda eleitoral tem como objetivo primordial o alcance do maior número de votos no pleito, enquanto a partidária visa à cooptação de militantes e simpatizantes para o partido político. A propaganda eleitoral e partidária tem período de veiculação concomitante, em períodos predeterminados pela lei. Ambas são regulamentadas de forma preponderante pela Lei nº 9504/97 (Lei Eleitoral).
  - (C) A propaganda partidária e a eleitoral coincidem em relação aos objetivos, uma vez que ambas visam à promoção pessoal de filiados aos partidos, no intuito de alcançar o maior número possível de votos no pleito eleitoral. A propaganda eleitoral e partidária tem período de veiculação concomitante, em períodos predeterminados pela lei. São regulamentadas por instrumentos normativos diversos.
  - (D) A propaganda eleitoral tem como objetivo primordial o alcance do maior número de votos no pleito, enquanto a partidária visa à cooptação de militantes e simpatizantes para o partido político. A propaganda eleitoral se realiza em momentos pré-eleitorais, enquanto a partidária tem constância permanente. São regulamentadas de forma preponderante pela Lei nº 9504/97.
  - (E) A propaganda eleitoral tem como objetivo primordial o alcance do maior número de votos no pleito, enquanto a partidária visa à cooptação de militantes e simpatizantes para o partido político. A propaganda eleitoral se realiza em momentos pré-eleitorais, enquanto a partidária tem constância permanente. São regulamentadas por instrumentos normativos diversos.



35. A lei eleitoral prevê que a partir da escolha de candidatos em convenção é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingido, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. Em relação ao pedido de resposta, vale destacar que no caso de ofensa
- (A) em programação normal das emissoras de rádio e de televisão, caso deferido o pedido, a resposta será dada em até quarenta e oito horas após a decisão, em tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a um minuto.
  - (B) veiculada por órgão da imprensa escrita, caso deferido o pedido, a divulgação da resposta dar-se-á no mesmo veículo, espaço, local, página, tamanho, caracteres e outros elementos de realce no prazo de quarenta e oito horas, obrigatoriamente, quando o veículo tiver circulação diária, o que não pode ser alterado por solicitação do ofendido.
  - (C) veiculada pela Internet, a divulgação da resposta dar-se-á no mesmo veículo e, à livre escolha do ofendido, em órgão da imprensa escrita ou na programação normal das emissoras de rádio e televisão, correndo os custos por conta do responsável pela propaganda original.
  - (D) no horário eleitoral gratuito, a resposta será veiculada no horário destinado ao partido ou coligação responsável pela ofensa, cujo conteúdo será de livre disponibilidade do ofendido.
  - (E) no horário eleitoral gratuito, o ofendido usará, para a resposta, tempo igual ao da ofensa, nunca inferior, porém, a um minuto. Entretanto, se o tempo reservado ao partido ou coligação responsável pela ofensa for inferior a um minuto, a resposta será limitada ao tempo disponível para o ofensor.
- 
36. Cabe à Justiça Eleitoral o conhecimento de qualquer vício no processo eleitoral. Caso um partido político alegue que teve negado ou restringido o seu direito de fiscalizar, o que ofende norma expressa do Código Eleitoral, cabe à Justiça Eleitoral:
- (A) anular a votação, ainda que não comprovada a existência de prejuízo, uma vez que se trata de vício causador de nulidade absoluta.
  - (B) instaurar procedimento de apuração para punição dos responsáveis, sem anular a votação, uma vez que o vício narrado não é capaz de gerar tal consequência.
  - (C) a qualquer tempo anular a votação, pois, ante a natureza absoluta do vício, não incide na espécie qualquer modalidade de preclusão.
  - (D) ainda que o requerimento tenha sido realizado por quem deu causa ao prejuízo, declarar a nulidade da votação ante a natureza absoluta do vício.
  - (E) anular a votação, desde que a anulação tenha sido requerida na primeira oportunidade possível e tenha sido comprovado efetivo prejuízo, uma vez que não se trata de vício causador de nulidade absoluta que pudesse ficar a salvo da preclusão.

### Direito Processual e Criminal Eleitoral

37. As demandas e litígios no âmbito do direito eleitoral possuem como característica a especial necessidade de celeridade, uma vez que devem ser ultimados para que o eleito tome posse no ano seguinte ao pleito. O dispositivo específico da lei eleitoral que representa tal característica é:
- (A) o período compreendido entre o registro das candidaturas até cinco dias após a realização do segundo turno das eleições, têm prioridade para despacho do Ministério Público e dos juízes eleitorais os feitos eleitorais, inclusive sobre os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança.
  - (B) os prazos não se interrompem, nem mesmo em dias feriados ou finais de semana, em relação ao pedido de impugnação de registro de candidato.
  - (C) embora exigida a prioridade aos feitos eleitorais, sua inobservância pelo juiz não gera responsabilização pessoal do magistrado.
  - (D) o não cumprimento dos prazos previstos na lei eleitoral somente é admissível no caso de comprovado acúmulo de serviço, em razão do exercício das funções regulares.
  - (E) não obstante os prazos processuais exíguos, a notificação dos advogados dos candidatos ou dos partidos e coligações, para os feitos previstos na lei eleitoral, observará antecedência mínima de 5 (cinco) dias.



38. O instrumento processual que tem como objetivo impedir que o cidadão possa disputar o pleito eleitoral, obstando sua passagem da condição de pré-candidato à de candidato, é:
- (A) Ação de impugnação de registro de candidato.
  - (B) Ação de impugnação ao mandato eletivo.
  - (C) Recurso contra a expedição de diploma.
  - (D) Ação de investigação judicial eleitoral.
  - (E) Ação de prestação de contas.
- 
39. Os recursos eleitorais, em razão da especial necessidade de celeridade no direito processual eleitoral, possuem algumas especificidades quando comparados com o processo civil ordinário. Acerca de tais especificidades, está correto:
- (A) as decisões do Tribunal Superior Eleitoral são irrecorríveis, salvo as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança, das quais caberá recurso ao Superior Tribunal de Justiça.
  - (B) o prazo para interposição de recurso extraordinário contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral é de quinze dias.
  - (C) o juiz eleitoral exerce juízo de admissibilidade dos recursos eleitorais, cabendo-lhe negar prosseguimento caso verifique a ausência de algum de seus pressupostos.
  - (D) o juiz eleitoral possui a prerrogativa de realizar o juízo de retratação nos recursos eleitorais.
  - (E) em regra, os recursos eleitorais são recebidos nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- 
40. Constitui captação ilícita de sufrágio o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal ou de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, no prazo desde o registro de candidatura até o dia da eleição, sujeitando-se o infrator a pena de multa e cassação do registro ou do diploma (artigo 41-A da Lei nº. 9504/97). Considerando a jurisprudência dominante do Tribunal Superior Eleitoral em relação a tal ilícito, pode-se dizer que
- (A) os gastos eleitorais disciplinados em lei podem configurar a captação ilícita de sufrágio.
  - (B) é necessário, para a configuração do delito, a demonstração de que o eleitor efetivamente votou, sendo despendendo, contudo, saber se votou a favor do agente ou não.
  - (C) o candidato a cargo eletivo pode ser responsabilizado pela captação ilícita em decorrência de uma conduta de terceiro não candidato, desde que lhe tenha anuído explicitamente.
  - (D) é desnecessário que o sujeito passivo da conduta descrita como captação ilegal de sufrágio seja eleitor.
  - (E) a configuração do delito depende do pedido formal de voto pelo candidato, não bastando que tal objetivo esteja implícito ou dissimulado em sua conduta.
- 
41. No intuito de se alistar em domicílio diverso do verdadeiro, o eleitor alterou documento particular verdadeiro e o apresentou à Justiça Eleitoral. Considerando que tal fato seja descoberto posteriormente, sem que tenha ocorrido um dano efetivo ao processo eleitoral, em qualquer uma de suas fases, é correto dizer que
- (A) não há fato típico eleitoral, uma vez que o crime previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral) só se consuma caso ocorra efetivo dano ao processo eleitoral.
  - (B) está configurado o tipo previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral), uma vez que todos seus elementos, quais sejam alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, potencialidade de dano, finalidade eleitoral e dolo estão presentes.
  - (C) não há fato típico eleitoral, uma vez que somente se configura o crime previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral) quando reste constatada a finalidade eleitoral, a qual não se configura com a tentativa de fraude no ato de alistamento.
  - (D) está configurado o tipo previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral), uma vez que todos seus elementos, quais sejam alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, imitação da verdade, potencialidade de dano e dolo estão presentes, não sendo a finalidade eleitoral elemento do tipo, mas mera circunstância.
  - (E) não há fato típico eleitoral, uma vez que somente se configura o crime previsto no artigo 349 do Código Eleitoral (falsidade material eleitoral) quando o agente for candidato concorrente no pleito eleitoral, não se aplicando ao eleitor.

**Direito Civil**

42. A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. No caso de casamento, tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do
- (A) primeiro domicílio conjugal.
  - (B) último domicílio conjugal.
  - (C) qualquer domicílio conjugal estabelecido por mais de um ano.
  - (D) domicílio da mulher anterior ao casamento.
  - (E) qualquer domicílio conjugal estabelecido por mais de três anos.
- 
43. De acordo com o Código Civil brasileiro, decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão. A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória
- (A) produzirá efeito a partir do primeiro dia útil seguinte a publicação pela imprensa.
  - (B) produzirá efeito imediatamente.
  - (C) só produzirá efeito cento e oitenta dias depois de publicada pela imprensa.
  - (D) só produzirá efeito trinta dias depois de publicada pela imprensa.
  - (E) só produzirá efeito noventa dias depois de publicada pela imprensa.
- 
44. Considere as assertivas abaixo a respeito das Associações.
- I. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a um quinto dos associados o direito de promovê-la.
  - II. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.
  - III. A qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
  - IV. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I, II e III.
  - (C) III e IV.
  - (D) I, II e IV.
  - (E) II e IV.
- 
45. Núbia é funcionária pública da Prefeitura Municipal da Cidade A, onde exerce suas atividades inerentes ao cargo público que ocupa. Reside com seus filhos na cidade vizinha B, mas como seu marido, em razão de trabalho, reside na cidade vizinha C, Núbia passa parte da semana dormindo nesta cidade. De acordo com o Código Civil brasileiro, o Domicílio Civil de Núbia é a cidade
- (A) A ou C.
  - (B) B ou C.
  - (C) A, apenas.
  - (D) B, apenas.
  - (E) C, apenas.
- 
46. A novação
- (A) feita com o devedor principal sem o consentimento do fiador não importa na sua exoneração.
  - (B) não extingue os acessórios e garantias da dívida, sempre que não houver estipulação em contrário.
  - (C) operada entre o credor e um dos devedores solidários, não afetar as preferências e garantias do crédito novado relativas aos bens de todos os devedores.
  - (D) que substitui devedor é transparente e, sendo assim, em regra, se o novo devedor for insolvente, tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro.
  - (E) por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.

**Direito Processual Civil**

47. Em determinado processo o autor, Mauro, no ato da interposição de recurso, deixou de recolher as despesas processuais referentes ao porte de remessa e retorno de autos. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil,
- (A) o recurso deverá ser recebido normalmente, tendo em vista que não há obrigatoriedade de recolhimento de despesas referentes ao porte de remessa e retorno de autos.
- (B) o recurso deverá ser considerado deserto.
- (C) Mauro deverá ser intimado para suprir a irregularidade e recolher as despesas restantes no prazo de cinco dias.
- (D) Mauro deverá ser intimado para suprir a irregularidade e recolher as despesas restantes no prazo de quarenta e oito horas.
- (E) Mauro deverá ser intimado para suprir a irregularidade e recolher as despesas restantes no prazo de três dias.
- 
48. Em regra, na Ação em que for ré a sociedade que carece de personalidade jurídica, é competente o foro
- (A) do domicílio do autor.
- (B) onde a sociedade exerce a sua atividade principal.
- (C) do domicílio do sócio aparente da sociedade.
- (D) de qualquer localidade onde a sociedade tenha vínculo comercial.
- (E) onde a sociedade exerça atividades desde que dentro do Estado em que está estabelecida.
- 
49. Em regra, no caso de morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, quando já houver iniciado a audiência de instrução e julgamento, provado o falecimento ou a incapacidade, o processo
- (A) só se suspenderá após intimação pessoal dos herdeiros.
- (B) extinguirá sem julgamento do mérito.
- (C) suspenderá imediatamente.
- (D) só se suspenderá a partir da publicação da sentença ou do acórdão.
- (E) só se suspenderá após cinco dias da comprovação do falecimento.

50. Gabriel, Joana e Bruna são testemunhas processuais do processo G. Gabriel é neto da autora. Joana não é parente de nenhuma das partes mas já foi condenada por crime de falso testemunho com sentença transitada em julgado. E, Bruna, também sem vínculos familiares, possui interesse no litígio. Segundo o Código Civil brasileiro, para testemunhar na lide, Gabriel, Joana e Bruna são, respectivamente,

- (A) impedido, suspeito e suspeito.
- (B) suspeito, impedido e suspeito.
- (C) impedido, suspeito e impedido.
- (D) impedido, impedido e suspeito.
- (E) suspeito, suspeito e impedido.

51. Natanael é advogado do processo A. Tendo em vista decisão interlocutória desfavorável ao seu cliente e, em razão dos prejuízos iminentes relativos a esta decisão, Natanael interpôs agravo de instrumento, requerendo a juntada aos autos principais de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso no décimo dia da propositura do referido recurso. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil, Natanael

- (A) extrapolou o prazo legal de quarenta e oito horas, o que acarretará a inadmissibilidade do agravo.
- (B) atendeu o prazo legal não havendo penalidade legal.
- (C) extrapolou o prazo legal de cinco dias, o que poderá acarretar a inadmissibilidade do agravo.
- (D) extrapolou o prazo legal de três dias, o que poderá acarretar a inadmissibilidade do agravo.
- (E) extrapolou o prazo legal de cinco dias, porém seu recurso poderá ainda ser admitido.

**Direito Penal**

52. João subtraiu, mediante destreza, a carteira do bolso de Paulo, contendo R\$ 1.000,00 em dinheiro. Nesse caso, o sujeito passivo do crime é

- (A) o Estado.
- (B) Paulo.
- (C) o patrimônio.
- (D) a paz pública.
- (E) a coletividade.



53. O prazo de natureza penal fixado em um mês, iniciado no dia 13 de janeiro de 2010, quarta-feira, expirou-se no dia
- (A) 15 de fevereiro de 2010, segunda-feira.  
 (B) 14 de fevereiro de 2010, domingo.  
 (C) 13 de fevereiro de 2010, sábado.  
 (D) 12 de fevereiro de 2010, sexta-feira.  
 (E) 11 de fevereiro de 2010, quinta-feira.

54. Quando o agente dá início à execução de um delito e desiste de prosseguir em virtude da reação oposta pela vítima, ocorre
- (A) arrependimento eficaz.  
 (B) crime consumado.  
 (C) fato penalmente irrelevante.  
 (D) desistência voluntária.  
 (E) crime tentado.

55. Considere:
- I. Tutor dativo.  
 II. Funcionário de empresa prestadora de serviço contratada para execução de atividade típica da Administração Pública.  
 III. Funcionário de empresa conveniada para execução de atividade típica da Administração Pública.
- Equipara-se a funcionário público para os efeitos penais os indicados APENAS em
- (A) I e II.  
 (B) I e III.  
 (C) II.  
 (D) III.  
 (E) II e III.

56. A restituição integral do valor apropriado aos cofres públicos pelo autor de peculato doloso, antes do recebimento da denúncia,
- (A) implica na extinção da punibilidade do agente.  
 (B) caracteriza arrependimento posterior e a pena pode ser reduzida de um a dois terços.  
 (C) constitui arrependimento eficaz, isentado o agente de pena.  
 (D) não exclui o delito, nem implica em redução de pena, por já ter ocorrido a consumação.  
 (E) constitui desistência voluntária e isenta o agente de pena.

### Direito Processual Penal

57. O inquérito policial
- (A) não pode correr em sigilo, devendo ser submetido à publicidade que rege o processo penal.  
 (B) não pode ser instaurado por requisição do Ministério Público.  
 (C) não pode ser arquivado pela autoridade policial, mesmo se forem insuficientes as provas da autoria do delito.  
 (D) é um procedimento que, pela sua natureza, não permite ao indiciado requerer qualquer diligência.  
 (E) será encaminhado ao juízo competente desacompanhado dos instrumentos do crime, que serão destruídos na delegacia de origem.

58. Considere a situação de quem:
- I. É perseguido, logo após, pelo ofendido, em situação que faça presumir ser autor da infração penal.  
 II. É encontrado, logo depois, com objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração penal.  
 III. É surpreendido num bloqueio policial, de posse de objetos e instrumentos que façam presumir ser ele autor de infração penal praticada há dois dias.
- Podem(m) ser preso(s) em flagrante quem se encontrar na(s) situação(ões) indicada(s) APENAS em
- (A) I e II.  
 (B) I e III.  
 (C) II e III.  
 (D) I.  
 (E) III.

59. O exame de corpo de delito
- (A) é dispensável e pode ser suprido pela confissão do acusado.  
 (B) não pode ser feito entre 22:00 e 6:00 horas.  
 (C) não pode ser feito aos domingos e feriados.  
 (D) pode ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.  
 (E) deve ser sempre direto, não podendo jamais ser indireto.

60. O *habeas corpus* não
- (A) poderá ser impetrado por uma pessoa em favor de outrem.  
 (B) poderá ser impetrado em defesa da sociedade, para rever decisão injusta.  
 (C) poderá ser impetrado pelo Ministério Público.  
 (D) comporta pedido de liminar.  
 (E) poderá ser impetrado preventivamente.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

**Atenção:** Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

**Escolha UMA (apenas uma) das seguintes propostas para o seu texto e identifique na Folha de Redação o número da proposta escolhida.**

**Proposta I**

*Tem sido recorrente a discussão sobre a influência que as pesquisas eleitorais exerceriam no resultado do sufrágio. Há desde os que pensam que o eleitorado não é sequer influenciado pelas pesquisas aos que acreditam que elas eventualmente decidem uma eleição. Aqueles tendem a defender a suficiência da normatização estabelecida pela Lei nº 9.504/97; estes advogam a imposição de limites mais rígidos para a realização e a divulgação das pesquisas. No centro desse debate encontram-se questões como a liberdade de expressão e de imprensa, a luta contra o abuso do poder econômico e a manutenção das garantias eleitorais.*

**Discuta, em um texto dissertativo-argumentativo, a questão da suposta influência que as pesquisas eleitorais exercem no resultado dos pleitos.**

**Proposta II**

*Para que sejam definidos com maior precisão os diferentes graus de imputabilidade, disciplinas como a neurologia e a psiquiatria, que investigam a origem de desvios no comportamento humano, deveriam ser acompanhadas de perto pelos operadores do Direito, no sentido de se atingir aquele que é o seu propósito maior: a promoção da justiça.*

**Redija um texto dissertativo-argumentativo posicionando-se sobre o que se afirma acima.**

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30